

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO – VIAOESTE S.A.

CNPJ nº 02.415.408/0001-50 - Companhia Aberta

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas...

Composição dos ajustes efetuados no patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2009 e no resultado do exercício de 2009 por natureza de ajuste:

a) Prestador exclusivo de serviços de assessoria jurídica e recursos humanos ao Grupo CCR até junho de 2010. b) Até 31 de maio de 2010, a Engieiro Centro de Engenharia Ltda. atuava como prestador exclusivo de serviços de administração de obras de infraestrutura...

Table with 3 columns: Nota, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Patrimônio líquido (prática contábil anterior), Reversão de depreciação anteriormente calculada pelo método linear, Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura, etc.

Table with 3 columns: Nota, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Reversão de depreciação anteriormente calculada pelo método linear, Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura, Custos de empréstimos (CPC 20), etc.

Table with 5 columns: Taxa média anual de depreciação, 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Veículos, etc.

Table with 6 columns: Ativo Circulante, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Partes relacionadas, etc.

Table with 6 columns: Ativo Circulante, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Caixa e bancos, Aplicações financeiras, Reversão de depreciação anteriormente calculada pelo método linear, etc.

Table with 6 columns: Taxa anual de amortização (%), 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Direitos de exploração de infraestrutura (b), Direitos de uso de sistemas informatizados, Custos de desenvolvimento de sistemas, etc.

Table with 6 columns: Passivo Circulante, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Empréstimos e financiamentos, Débitos, Fornecedores, etc.

Table with 6 columns: Passivo Circulante, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Caixa e bancos, Aplicações financeiras, Reversão de depreciação anteriormente calculada pelo método linear, etc.

Table with 6 columns: Taxa anual de amortização (%), 31/12/2010, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Direitos de exploração de infraestrutura (b), Direitos de uso de sistemas informatizados, Custos de desenvolvimento de sistemas, etc.

Table with 6 columns: Demonstrações dos Resultados, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Receita operacional bruta, Deduções da receita bruta, Custos dos serviços prestados, etc.

Table with 6 columns: Demonstrações dos Resultados, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Receita operacional líquida, Custos dos serviços prestados, Depreciação e amortização, etc.

Table with 6 columns: Demonstrações dos Resultados, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, etc.

Table with 6 columns: Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, etc.

Table with 6 columns: Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, etc.

Table with 6 columns: Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, etc.

Table with 6 columns: Demonstrações do Valor Adicionado, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Receitas, Receita de pedágio, Outras receitas, etc.

Table with 6 columns: Demonstrações do Valor Adicionado, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Receitas, Receita de pedágio, Outras receitas, etc.

Table with 6 columns: Demonstrações do Valor Adicionado, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Receitas, Receita de pedágio, Outras receitas, etc.

Table with 6 columns: Demonstrações do Valor Adicionado, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Receitas, Receita de pedágio, Outras receitas, etc.

Table with 6 columns: Demonstrações do Valor Adicionado, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Receitas, Receita de pedágio, Outras receitas, etc.

Table with 6 columns: Demonstrações do Valor Adicionado, Nota, Publicado anteriormente, Ajustes, Ajustado, 31/12/2009, 01/01/2009. Rows include: Receitas, Receita de pedágio, Outras receitas, etc.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação dos processos	31/12/2009		31/12/2010			
	01/01/2009	Saldo Inicial	Constituição de provisão	Realização	Transferências	Total
Circulante						
Cíveis – Indenização aos usuários da rodovia	-	80	81	(144)	(17)	-
Trabalhistas	30	126	659	(75)	(710)	-
Total	30	206	740	(219)	(727)	-
Não circulante						
Cíveis – Indenização aos usuários da rodovia	-	-	114	(9)	17	122
Trabalhistas	-	-	24	(36)	710	698
Total	-	-	138	(45)	727	820

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 6.648 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 3.974 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 4.742 em 01 de janeiro de 2009), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 3.767 para os processos em andamento.

19. Provisão de manutenção:

	01/01/09		31/12/2009		31/12/2010					
	Saldo Inicial	Consti-tuição de provisão	Ajuste a valor presente	Realiza-ção	Transfe-rências	Consti-tuição de provisão	Ajuste a valor presente	Realiza-ção	Transfe-rências	Total
Circulante										
Provisão de manutenção	2.127	604	143	(2.616)	11.614	11.872	1.762	1.292	(14.732)	9.124
Não circulante										
Provisão de manutenção	17.106	4.416	2.487	-	(11.614)	12.395	12.656	3.841	-	(9.124)

O saldo de abertura, na data de transição, e os novos projetos com início de provisão durante o exercício de 2009 foram trazidos a valor presente à taxa de 14,75% ao ano e os projetos com início de provisão no exercício de 2010 foram trazidos a valor presente à taxa de 12,34% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo de dívida de mercado para estes períodos.

20. Arrendamento mercantil a. Operacional - Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Até um ano	514	261	712
Acima de um ano e até cinco anos	7	-	21

A Companhia opera com 50 veículos de frota com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M. A Companhia reconheceu despesas com operações de arrendamento mercantil operacional, no montante de R\$ 2.209 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.644 em 31 de dezembro de 2009). **b. Financeiro** - A Companhia possui ativos num montante de R\$ 2.262 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado – valor residual

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Veículos	2.150	-	-
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$ 128. Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:			

Até um ano

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Acima de um ano e até cinco anos	830	807	1.223
21. Patrimônio líquido: a. Capital social - O capital social é representado por 13.976.292,242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146,121 ordinárias e 6.988.146,121 preferenciais. A movimentação das ações ordinárias e durante o exercício está abaixo demonstrada:			

	Saldo em 31/12/2009	Novas emissões	Saldo em 31/12/2010
Ações ordinárias	6.988.146.121	-	6.988.146.121
Ações preferenciais	6.988.146.121	-	6.988.146.121
Total	13.976.292.242	-	13.976.292.242

b. Reserva de lucros - Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2010 o valor destinado à reserva legal foi menor que 5% do lucro líquido para atender à limitação de 20% do capital social, conforme abaixo demonstrado:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Lucro líquido do exercício	147.060	7.353	23.513
Destinação de 5% para reserva legal	7.353	23.513	27.353
Reserva legal em 31/12/2009	27.353	4.440	-
Limite de 20% sobre o capital social	4.440	-	-
Destinação efetiva	4.440	-	-
Reserva de retenção de lucros: É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembleia Geral Ordinária. c. Reserva de capital - A reserva de capital, no montante de R\$ 2.642, é oriunda da diferença entre o valor do ativo líquido incorporado e o valor de patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. d. Dividendos - Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76). Em 26 de fevereiro de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 70.000, sendo R\$ 49.000 a título de dividendos intermediários sobre o saldo de reserva de retenção de lucros de 2009 e R\$ 21.000 de dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2009. Em 31 de agosto de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 60.000, sendo R\$ 18.000 sobre a reserva de retenção de lucros de 2009 e R\$ 42.000 sobre os lucros apurados no 1º semestre de 2010. Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia propõe aos acionistas a distribuição de dividendos de R\$ 125.798 com o objetivo de atender ao limite do total das reservas de lucro sobre o capital.			

22. Instrumentos financeiros: Política - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia permite a contratação de instrumentos derivativos unicamente com o objetivo de proteção das flutuações do câmbio, taxa de juros e índices de inflação, e é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não usa instrumentos derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR (Companhia de Concessões Rodoviárias) possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

Ativos	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Valor justo mensurado através do recebíveis	Empres-timos e resultad (a)	Total	Valor justo mensurado através do recebíveis	Empres-timos e resultad (a)	Total	Valor justo mensurado através do recebíveis	Empres-timos e resultad (a)	Total
Aplicações financeiras	11.314	-	11.314	97.798	-	97.798	39.228	-	39.228
Contas a receber	1.513	1.513	3.026	1.160	1.160	2.320	964	964	1.928
Partes relacionadas	-	34.063	34.063	-	30.976	30.976	-	25.123	25.123
Passivos									
Empréstimos, financiamentos e leasing	-	(33.188)	(33.188)	-	(1.719)	(1.719)	-	(2.458)	(2.458)
Debêntures	-	(702.591)	(702.591)	-	(767.893)	(767.893)	-	(617.610)	(617.610)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(30.956)	(30.956)	-	(42.040)	(42.040)	-	(20.185)	(20.185)
Partes relacionadas	-	(1.739)	(1.739)	-	(4.889)	(4.889)	-	(2.161)	(2.161)
Total	11.314	(732.898)	(721.584)	97.798	(784.405)	(686.607)	39.228	(616.327)	(577.099)

(a) Valores líquidos do custo de transação. **Aplicações financeiras** – São definidos como ativos mensurados pelo valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em função do curto prazo de vencimento dessas operações. **Contas a receber de clientes, partes relacionadas ativas e passivas, fornecedores, e outras contas a pagar** – São classificadas como empréstimos e recebíveis e mensuradas pelo método do custo amortizado. **Empréstimos e Debêntures** – São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo (Empréstimos e recebíveis) e estão registradas pelo método do custo amortizado. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer essas passivos pelos seus valores justos os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	706.878	788.701	772.380	791.466	623.685	621.142
CCB	30.073	30.098	-	-	-	-

(*) Os valores estão brutos dos custos de transação. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BMBF mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas. **Financiamentos** – São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo (Empréstimos e recebíveis), e estão contabilizados pelo custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo. Conforme descrito na nota explicativa nº. 14. **Gestão do capital** - A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **Hierarquia de valor justo** - A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 11.314 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 97.798 em 31 de dezembro de 2009 e em R\$ 39.228 em 01 de janeiro de 2009. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos passivos e identificados. **Nível 2:** inputs observáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** premissas para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros** - Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2011. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas demonstrações financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Operação	Risco	Vencimentos até	Efeito no resultado em R\$		
			Exposição em R\$ (4)	Cenário provável A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do ICP-M	Dezembro de 2016	418.935	(50.233)	(62.887)
CCB	Aumento do CDI	Fevereiro de 2011	30.073	(524)	(648)
Total			(100.591)	(120.967)	(141.359)

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se a taxa de 31/12/2010, divulgada pela CETIP (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima. (4) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2010 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores. Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos. Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finame), em virtude de se considerar que a TJLP por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia. As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

23. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme abaixo: **Responsabilidade Civil** – R\$ 44.000. **Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção** – R\$ 14.000. **Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos** – R\$ 68.862. **Riscos Patrimoniais / Operacionais** – R\$ 48.000. **Perda de Receita** – R\$ 63.134. **Veículos:** Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 120.000 (R\$ 1.000 por veículo), sendo: R\$ 12.000 (R\$ 100 por veículo) para danos materiais; R\$ 93.600 (R\$ 2,6 por veículos) para acessórios e R\$ 72 (R\$ 2 por veículo) para equipamentos. Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 204.616, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

24. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: a. Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente da outorga fixa - Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009
Outorga fixa a pagar	349.267	357.623	407.253	294.145
O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa real de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga na data do início da concessão, não tendo vinculação com o expectativa de retorno do projeto. Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2010, estavam assim distribuídos:				

	Valor nominal	Valor presente
2011	48.735	47.468
2012	48.735	45.209
2013	48.735	43.056
2014	48.735	41.006
Após 2014	154.327	117.406
Total	349.267	294.145

No decorrer do exercício foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 46.987 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 43.262 em 31 de dezembro de 2009). **Decorrente de outorga variável** - Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita mensal, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O saldo de outorga variável a pagar em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 1.816 (R\$ 1.494 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 1.343 em 01 de janeiro de 2009). No decorrer do exercício foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 19.800 referente ao direito de outorga variável (R\$ 16.102 em 31 de dezembro de

2009). **b. Compromissos relativos à concessão (não auditada)** - Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Em 31 de dezembro de 2010, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 476.558 (R\$ 542.897 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 634.225 em 01 de janeiro de 2009), a serem realizados até o final do prazo da concessão. Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, consequentemente, gerar receitas adicionais para a concessionária. **c. Ativo transferido pelo poder concedente à concessão** - A prática contábil prevista no ICPC 01 é a de não registrar o ativo transferido pelo Poder Concedente.

d. Obras a executar

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Não circulante			
Obrigações Poder Concedente	8.713	9.546	10.254
Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos cantornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a Companhia. Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 11, de 8 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R\$ 98.303, a Companhia deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a Companhia passou a depositar o ônus fixo.			

Despesas financeiras

	2010	2009
Juros sobre financiamentos e debêntures	(58.032)	(46.840)
Varição monetária sobre debêntures	(33.600)	(2.694)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(6.305)	(1.021)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(651)	(353)
Juros e variações monetárias sobre multas	-	(345)
Varição monetária sobre obrigações com poder concedente	(383)	(345)
Juros sobre obrigações fiscais - Lei nº. 11.941/09	-	(8.595)
Multas sobre obrigações fiscais - Lei nº. 11.941/09	-	(3.447)
Juros indenitívies - Lei nº. 11.941/09	-	(5.251)
Multas indenitívies - Lei nº. 11.941/09	-	(2.865)
IDF	-	(1.129)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(5.133)	(2.630)
Total	(104.426)	(75.417)

Recitas financeiras

	2010	2009
Varição monetária sobre debêntures	6.395	5.229
Rendimento sobre aplicações financeiras	413	393
Juros e outras receitas financeiras	-	8.062
Descontos obtidos - Lei nº. 11.941/09	8	25
Outros	8.616	22.691

25. Resultado Financeiro:

	31/12/2010	31/12/2009
Recita de pedágio	661.660	532.630
Recitas de contratos de construção	95.749	211.227
Recitas acessórias	8.974	9.124
Total	766.383	752.981

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas brutas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Recitas brutas

	2010	2009
Menos:	-	-
Impostos sobre receitas	(62.053)	(46.751)
Devoluções e abatimentos	293	158
Total das receitas	704.623	706.388

27. Evento